



RELATÓRIO FINAL DA IV CONAE 2022 – ETAPA MUNICIPAL DE PELOTAS - RS

Pelotas, 10 de janeiro de 2022

Fórum Municipal de Educação
Instituído pela Portaria nº 073/2021

Coordenação do FME:

Adriana Raquel Farias de Farias –SMED

Alice Maria Souza Szezepanski – 5ª CRE

Carla Maria Becker Pertuzatti – CME/Pel

Comissão Especial de Mobilização e Divulgação:

Érica Insaurriaga Megiato – SMED

Ingrid Braga dos Santos – Gestores de Escolas Privadas

Ledeci Coutinho – Gestores de Escolas Públicas

Maria Alice de Freitas Sias – SMED

Ricardo Moreira - SIMP

Comissão de Monitoramento e Sistematização:

Adriana Raquel Farias de Farias – SMED

Adriane Gerber Martins - SMED

Carla Maria Becker Pertuzatti – CME/Pel

Daniel de Souza Lemos - CME

Patrícia Pedroso Moraes – Gestores Escolas Públicas

Grupo de Trabalho para Inclusão:

Ana Berenice Franco dos Reis – Associação Escola Louis Braille

Ângela Brum Soares – CAPTA

Coordenadora Geral da IV Conferência Nacional de Educação –
CONAE 2022 – Etapa Municipal de Pelotas:

Carla Maria Becker Pertuzatti

Programação:

IV Conferência Nacional de Educação – CONAE 2022

ETAPA MUNICIPAL – 16 e 17 de dezembro de 2021

16 de dezembro de 2021

8h30

Palestra de abertura da IV Conferência Nacional de Educação
– CONAE 2022 - Etapa Municipal – Pelotas/RS

- Inclusão, equidade e qualidade: compromisso com o futuro da
educação brasileira

Palestrante: Prefeita Paula Schild Mascarenhas

Mediadora: Prof.^a Érica Megiato

Relatora: Prof.^a Camila Arenhart

Link de acesso: <https://www.youtube.com/SMEDPelotas>

13h30

-Educação Escolar: complexidades e desafios

Palestrante: Secretária Adriane Silveira

Secretaria Municipal de Educação e Desporto de Pelotas

Mediadora: Prof.^a Érica Megiato

Relatora: Prof.^a Camila Arenhart

Link de acesso: <https://www.youtube.com/SMEDPelotas>

13h30

-A implementação do Novo Ensino Médio: desafios e possibilidades

Palestrante: Prof. Me. Roberval Ângelo Furtado

5ª Coordenadoria Regional de Educação – 5ª CRE

Mediadora: Prof.^a Me. Alice Maria Souza Szezepanski

Relatora: Prof.^a Esp. Patrícia Pedroso Moraes

Link de acesso: <https://www.facebook.com/05CREPelotas>

15h

Plenária do Eixo 1.

17 de dezembro de 2021

8h30

-Direitos humanos e meio ambiente na escola: rumo a uma consciência planetária

Palestrante: Prof.^a Dr.^a Ursula Rosa da Silva

Universidade Federal de Pelotas - UFPel

Mediadora: Me. Aliana Anghinoni Cardoso

Relatora: Me. Aliana Anghinoni Cardoso

Link de acesso:
<http://www.youtube.com/watch?v=JRtgcE2wKiA>

8h30

- Políticas de Inclusão no IFSul: combatendo as desigualdades

Palestrante: Prof.^a Me. Rosane Bom

Instituto Federal Sul-rio-grandense – IFSul

Mediadora: Me. Letícia Santos da Silva

Relatora: Prof.^a Esp. Jaqueline Guimarães Camargo Silveira

Link de acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=y-E3Q9csVYc>

8h30

- Inclusão? Futuro? A escola como espaço de vida

Palestrantes: Prof.^a Me. Carla Silva de Ávila e Prof. Dr. Daniel Moraes Botelho

Universidade Católica de Pelotas – UCPel

Mediadora: Prof.^a Esp. Ângela Brum Soares

Relatora: Prof.^a Me. Maria Alice de Freitas Sias

Link de acesso: <https://www.youtube.com/ucpel>

8h30

-A sistêmica invisibilidade LGBT nos planos de educação

Palestrante: Prof. Esp. Marcos Ronei Peverada Fernandes

Conselho LGBTQIA+

Mediador: Prof. Me. Dídio Lopes

Relator: Prof. Me. Dídio Lopes

Link de acesso: <https://www.youtube.com/SMEDPelotas>

10h – Plenária dos Eixos 2 e 3.

13h30 – Plenária final e votação do documento da CONAE

Link de acesso: <https://www.youtube.com/SMEDPelotas>

A Conferência Nacional de Educação – CONAE é um espaço democrático aberto pelo poder público e articulado com a sociedade para que todos possam participar da educação nacional.

A CONAE 2022, na etapa municipal, em Pelotas, foi precedida de etapas preparatórias nas escolas municipais, estaduais e privadas; nas instituições de ensino superior públicas e privadas; nas instituições que atendem ao público-alvo da educação especial; nos conselhos ligados à educação e aos movimentos de afirmação a diversidade.

O Fórum Municipal de Educação de Pelotas – FME|PEL abriu uma consulta pública para a participação da comunidade na etapa preparatória municipal por meio de formulário a ser preenchido entre os dias 25 e 30 de novembro de 2021, sendo que, para tais discussões, foram disponibilizadas cópias do Documento de Referência da CONAE 2022 – Inclusão, Equidade e Qualidade: compromisso com o futuro da educação brasileira, do Plano Municipal de Educação 2014-2024, além de um formulário para preencher com o resultado proposto em cada encontro preparatório. Esses formulários foram enviados por e-mail para o FME/PEL. Foram recebidas 552 (quinhentas e cinquenta e duas) emendas aditivas, 187 (cento e oitenta e sete) emendas supressivas, 228 (duzentas e vinte e oito) emendas substitutivas e 102 (cento e duas) novas emendas, que foram analisadas e agrupadas por semelhança, resultando num documento de vinte e cinco páginas para ser discutido nas plenárias de eixo.

Durante esses encontros preparatórios, foram escolhidos os delegados que representariam o segmento nas plenárias de eixo da conferência municipal. Cada delegado escolhido preencheu e enviou um formulário via Google Forms, o qual se apresenta abaixo, em gráficos:

Instituição de vínculo:

362 respostas



Em virtude da pandemia e das dificuldades por ela interpostas, a conferência municipal do território de Pelotas, nos dias 16 e 17 de dezembro de 2021, foi totalmente virtual, utilizando os canais das instituições participantes (YouTube, Facebook e Google Meet). Acredita-se que o aprendizado e a familiaridade adquiridos no

decorso de 2020 e 2021 foi garantidor da qualidade e da legitimidade dos trabalhos desenvolvidos na Conferência, possibilitando ricos espaços de debate e de participação da sociedade.

No dia 16 de dezembro, pela manhã, a prefeita de Pelotas, professora Paula Schild Mascarenhas, participou da mesa de abertura do evento e proferiu a palestra virtual que abordou o tema ***“Inclusão, equidade e qualidade: compromisso com o futuro da educação brasileira”***.

Paula relacionou o tema proposto com reflexões, perspectivas e ações embasadas nas realizações e medidas adotadas pela gestão municipal para a educação. Depois de ressaltar a importância, necessidade e responsabilidade de todos em pensar, avaliar e discutir o assunto, especialmente pelo momento atual, com um longo período de pandemia, a prefeita disse que a administração de Pelotas busca avanços na educação a partir de uma visão mais ampla e que conta com a dedicação e o envolvimento dos educadores e profissionais da área.

A gestora enfatizou os problemas impostos pela crise sanitária e as alternativas encontradas para recuperar as principais dificuldades, acentuadas pelo período em que a educação foi atingida, apesar de todo o esforço dos educadores para minimizar impactos. Segundo a prefeita, a primeira percepção no retorno ao ensino presencial é a disparidade de conhecimento ocasionada pelas desigualdades sociais entre os que tiveram, ou não, acesso às tecnologias.

“Para essa recuperação da educação precisaremos de importantes diagnósticos para entender efetivamente onde estamos, verificar o atual panorama, seja ele bom ou ruim, mas que nos dê o cenário sobre o qual vamos nos debruçar e construir o futuro da nossa educação. Em um segundo momento, precisaremos de um trabalho muito grande de customização dessa recuperação do conhecimento dos alunos diante das diferentes realidades, além de olhar aluno por aluno nessa reintegração ao processo de ensino-aprendizagem, o que entendo que será bastante trabalhoso, mas não vejo outro caminho”, projetou Paula.

A chefe do Executivo também destacou como outro grande desafio o combate à evasão escolar, com a busca dos estudantes que, nesse período, abandonaram os estudos, a partir da união de esforços e da articulação de estratégias.

“Nós não podemos nos conformar com nenhum aluno perdido, ainda que tenham voltado 99%, mas esse 1% que não retornou representa um enorme problema e precisamos buscá-los. Estar sentado em um banco escolar significa ter um futuro melhor, uma vida de paz, produtiva, de construção de família, de relações sociais e realizações, e não ter isso é estar sujeito a uma cidade de exclusão, violência e dificuldades”, analisou, informando que, para isso, o Município já atua por meio do trabalho conjunto das secretarias da área social – Saúde, Educação e Assistência Social –, na identificação das crianças e jovens que estão fora da escola. Outro ponto mencionado por Paula são as ações realizadas pelos projetos

de prevenção do Pacto Pelotas pela Paz, que promovem o resgate de inúmeros estudantes à vida escolar.

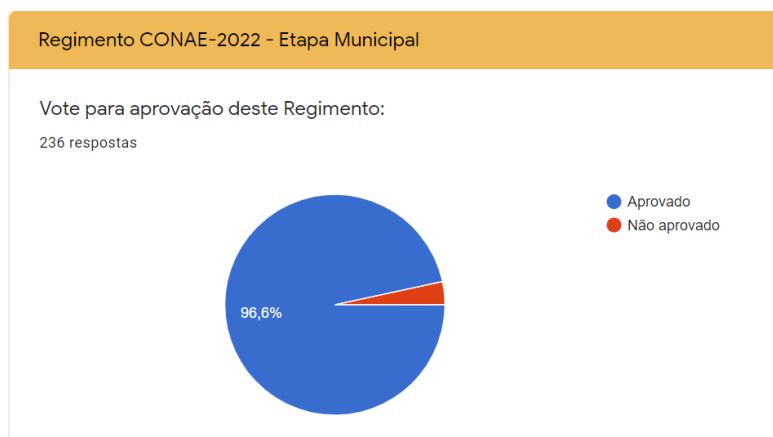
A prefeita também ressaltou as questões de acessibilidade que se concretizaram na rede municipal, a partir das recentes requalificações, ampliações e reformas das escolas de educação infantil da cidade, transformando o ambiente, onde ocorre o primeiro contato da criança com a escola, em um espaço mais qualificado.

Por fim, detalhou o projeto da Rede Urban 95 na cidade, com foco em uma paisagem urbana que seja acolhedora para as crianças. Essas ações estão em discussão e planejamento para novos investimentos em tecnologias, qualidade da educação, formação e valorização dos professores, além da perspectiva de retomada do turno integral para cinco escolas do Município em 2022 – duas na zona rural e três na urbana.

Também participaram da abertura da 4ª Conferência Nacional da Educação representantes da 5ª Coordenadoria Regional de Educação (5ª CRE), das universidades Católica (UCPel) e Federal (UFPel) de Pelotas e do Instituto Federal Sul Rio-grandense (IFSul), além da Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SMED) e do Conselho Municipal de Educação (CME/Pel), que se manifestaram saudando o público de mais de 2180 acessos (de forma síncrona, o que se projeta que represente em torno de seis mil participantes, pois muitos assistiam à transmissão nas escolas (por telões) e com ampla participação por meio do chat.



Após as palavras da prefeita, a presidente do CME/Pel e coordenadora da conferência, professora Carla Maria Becker Pertuzatti, procedeu a leitura do regimento que foi aprovado por 96,6 % dos assistentes que votaram por meio de um formulário da plataforma Google forms.



No turno da tarde, ocorreram, simultaneamente, duas palestras: A “**Implementação do Novo Ensino Médio: Desafios e Possibilidades**” e “**Educação escolar: complexidades e desafios**”. Na primeira, o professor mestre Roberval Ângelo Furtado salientou que estamos em processo de construção do Plano Nacional de Educação que valerá de 2024 – 2034, em especial, o

que norteia o Novo Ensino Médio. Ainda, o palestrante afirmou que esse é um momento ímpar de debate no que tange a proposição e contribuições para o planejamento das Políticas Públicas Educacionais no Brasil. Salientou, também, que as vivências terão mais importância valorizando muito mais o que se traz em sua “bagagem”, suas experiências, explorando-as nas práticas pedagógicas dos alunos. A Educação Pública Brasileira é marcada por diversidades, desigualdades e, dessa forma, é complexo o avanço educacional com toda desigualdade que se apresenta, o que prejudica a efetividade de uma educação de qualidade. Nesse novo contexto, deve-se retomar a vida na escola com todos os desafios que se enfrenta. A proposta do novo Ensino Médio é de uma mudança de novas perspectivas para o aluno, de modo que ele defina seus interesses, traçando, assim, o seu projeto de vida. A escola tem por missão ressignificar, ser um polo de ensino, na qual o aluno sinta-se acolhido e, então, preparado para enfrentar o novo, ou seja, sair de sua zona de conforto, com todos os seus direitos preservados. Com o novo Ensino Médio, o aluno terá mais horas de estudos, de acordo com o itinerário que escolher para seguir. É importante ressaltar que esse processo muda a concepção tanto do estudante quanto a do professor, pois as práticas terão mais significado para os alunos, como também os professores terão mais formações continuadas, de modo que faz-se necessário uma readequação curricular, pois a dinâmica de todo esse processo de mudança influenciará os Sistemas de Ensino e os Sistemas Educacionais. O processo de mudança vem ao encontro com a

implementação do novo sobre o que já existia, reorganizando as áreas de conhecimentos em eixos estruturantes, no qual o aluno se torna o protagonista do processo. Os alunos terão opções, mas com os devidos regramentos de acordo com a BNCC (normas e sistemas de Ensino), sendo que a Escola terá autonomia para iniciar processos de elaboração e construção de saberes, dentro da legalidade. O que norteia todo o processo é a BNCC, um documento orientador que especifica a base comum a todos os currículos, que são as competências gerais, organizadas por áreas do conhecimento, que atende a diferentes demandas dos alunos, buscando, sempre, uma escola de qualidade para todos: ESCOLA – COMUNIDADE – SOCIEDADE. O novo Ensino Médio surge para melhorar e implementar e não mudar o que já se tem. Só a prática evidenciará o processo de avaliação. É importante ressaltar que Currículo não é somente o livro, pois ele é uma referência curricular, assim, pensa-se que o Ensino Médio trará uma relação entre ESCOLA e CONHECIMENTO. Os desafios são para todos nós, professores, estudantes e pais. O novo Ensino Médio oportunizará uma caminhada num mundo de conhecimentos. Por fim, deixa-se as seguintes reflexões: 1) Qual Ensino Médio queremos? 2) O que precisamos fazer? 3) Quais as minhas contribuições nesse processo? 4) Me sinto preparado (a) para os desafios e as oportunidades atinentes ao Novo Ensino Médio?

A palestra **“Educação escolar: complexidades e desafios”** foi proferida pela secretária da Secretaria Municipal de Educação e Desporto, a professora doutora Adriane Silveira.

De acordo com a secretária, a educação foi, está e continuará afetada pela pandemia. O cenário de pandemia desestabilizou os professores, os profissionais da educação e a escola. As adversidades desestabilizam os processos pedagógicos e os modos de organização da escola. Por isso, o foco da educação tem estado na gestão da crise e na busca da solução dos problemas para amenizar os impactos negativos da pandemia. É necessária a reorganização e reordenação da escola para aprender a viver dentro do espaço escolar em tempos de pandemia.

O cenário de incertezas deixará impactos a médio e longo prazos. O desafio que se apresenta é ainda maior porque, possivelmente, no período de vigência deste PNE de 2024-2034, ainda estejam reverberando os resultados que a pandemia trouxe à organização das escolas e à vida de todas as pessoas envolvidas com a educação escolar.

Os desafios e a complexidade se configuram porque não existem regras fixas. A construção das estratégias é ao longo do fazer, ao longo do caminho. O caminho é diverso, o caminho é conforme o contexto de cada escola.

A partir da leitura do texto de Paulo Freire sobre o que é a escola, apreende-se que, fundamentalmente, é necessário contribuir para o processo de formação de seres humanos capazes de enfrentar as adversidades, como a pandemia. O primeiro grande desafio é o das relações humanas, das humanidades, de criar laços de amizade.

É necessário a pedagogia da alteridade, das interrelações do meu “eu” que encontra o “outro”, que parte da concepção de que todo ser

humano social interage e é interdependente do outro. Ter consciência de que os processos identitários se dão na relação com o outro. Extrapolar a condição empática do ser humano porque é a capacidade de se colocar no lugar do outro na relação social, com os grupos, com as famílias e com as comunidades. Com consideração, identificação e diálogo com o outro.

Não significa a obrigatoriedade da concordância, mas a consideração e a aceitação do outro. Processos contraditórios e diversos pertencem ao fazer educacional e, por isso, a democracia é tão favorável, porque somos seres sociais que se constroem nas discussões e nas ideias diversas.

Se foi possível que o ser humano construísse o mundo da natureza, também será possível alterar o mundo que os humanos fazem, o mundo da cultura, da história e da política. Assim, é muito importante continuar com essa aprendizagem no período pós-pandemia.

Outro grande desafio é compreender a necessidade da mudança do paradigma do ensino para o paradigma da aprendizagem na escola. É a reformulação dos problemas e soluções das ações da escola e também as realizações científicas alinhadas com as demandas da sociedade. É acompanhar as revoluções paradigmática e científica já iniciadas pela sociedade.

Nesta mudança de paradigma, os caminhos são diversos, construídos individual e coletivamente ao longo do caminhar.

A partir da teoria da complexidade de Edgar Morin, tem-se o entendimento de que o todo é muito mais do que a soma das partes individualizadas, porque o todo da escola é vida, é orgânico e é

dinâmico, sendo necessário ser reconstruído no desafio do cotidiano que se tem.

A educação escolar supõe, simultaneamente, sem ordem hierárquica, ciência, arte, fé e amor. Supõe ciência porque exige preparo, pesquisa, busca de metodologias, de técnicas sustentadas em base teórica, de corpo de conhecimentos sistematizados. Supõe ciência por necessitar da compreensão e explicação dos fenômenos humanos, sociais, naturais, da compreensão e explicação dos fatos da vida.

A educação escolar supõe arte como forma de o ser humano expressar suas emoções, sua história, sua cultura, enquanto humanos, expressar o que se é, o que se sente, expressar a forma estética e ética de enxergar e de viver essa vida e expressar os valores.

A educação escolar supõe fé porque é preciso que se tenha fé nas possibilidades da ciência, do ser humano, da educação e das pedagogias.

A educação escolar supõe amor para que se tenha ouvidos vigilantes para escutar o que há dentro de cada um, mas também para escutar o outro. É preciso escuta sensível, olhares atentos a enxergar, mentes abertas a refletir mas, principalmente, corações sensíveis para sentir.

O grande desafio não é da ordem da metodologia, da técnica, do conhecimento filosófico ou científico, mas é um desafio humano na vivência da complexidade das humanidades. Estamos adoentados emocional e psicologicamente.

A explanação dessa palestra é inconclusiva porque consiste em um compartilhamento de reflexão com o objetivo de suscitar, em cada um e

em muitos, a motivação necessária para enfrentar o desafio da educação em pandemia e pós-pandemia e construir caminhos de inclusão, equidade e qualidade que levem à formação de humanos, compreendendo o outro como diferentes de nós.

PALESTRA:
Educação Escolar: complexidades e desafios
Secretária Adriane Silveira
Secretaria Municipal de Educação e Desporto de Pelotas - SMED

Secretária de Educação e Desporto de Pelotas, é professora, pedagoga e gestora cultural. Atuou como professora universitária, assessora pedagógica e pesquisadora em educação e cultura. Curso Pós-graduação, em nível de especialização em Administração Educacional, Supervisão Pedagógica, Educação de Jovens e Adultos, Educação e Cultura Brasileira, Psicopedagogia, Planejamento, Gestão e Políticas Públicas de Educação. É Mestre em Educação/PUCCS, Doutora em Educação/UFRGS e Pós-Doutora em Educação/USF, com área de concentração em Planejamento, Gestão e Políticas Públicas em Educação, Cultura e Turismo.

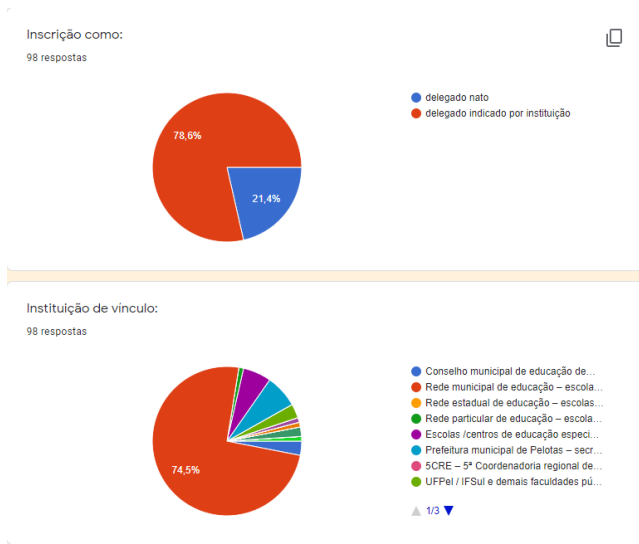
16/12
13h30min

Acesse pelo QR Code ou pelo link na descrição



Conferência Nacional de Educação - CONAE 2022 - Etapa Municipal - Pelotas/RS

As duas palestras, juntas, obtiveram um total de 2040 acessos síncronos. Ao final de cada uma delas foi postado um link pelo qual os delegados migraram para uma sala do Google Meet e participaram da plenária do EIXO 1. Após exposição das emendas propostas ao eixo, cada uma foi debatida e, quando propostas alterações, foram votadas por meio de enquetes. Após três horas e quarenta minutos, o documento final desse eixo foi votado por meio de formulário do Google Forms, com os resultados abaixo:



Nas palestras da manhã da sexta-feira 17 de dezembro, foram 1395 acessos entre quatro palestras, promovidas pelo IFSul, UCPel, UFPel e Conselho LGBTQIA+.

Na palestra da Universidade Católica de Pelotas – UCPel **“Inclusão? Futuro? A escola como espaço de vida”** falaram os

PALESTRA:
Inclusão? Futuro?
A escola como espaço de vida
Prof.ª Me. Carla Silva de Ávila
Prof. Dr. Daniel Moraes Botelho

17/12
8h30min

Accesse pelo QR Code ou pelo link na descrição

Geógrafo (FURG) com mestrado em Educação Ambiental (FURG) e doutorado em Geografia (UFRGS). Atualmente é docente na Universidade Católica de Pelotas, atuando na formação de professores e programas de extensão universitária.

Graduada em Ciências Sociais e Mestre em Ciências Sociais pela UFPel. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos/UCPEL. Professora de Sociologia na UCPel. Coordenadora do Projeto de Extensão Relações Étnico-Raciais da Universidade Católica de Pelotas. Tutora no Curso de Filosofia da UFPel e Professora na Escola Estadual Monsenhor Queiroz Rede Estadual de Ensino.

professores

O professor Daniel começou a palestra propondo uma roda de conversa, diálogo, alguns momentos um monólogo, trazendo algumas reflexões, inspirações.

Inclusão, futuro, a escola como um espaço de vida, refletir

sobre ela, a escola, nesse espaço potente e tão rico. Perspectiva de uma escola inclusiva é inclusão e o futuro.

Para está palestra o professor destacou três palavras chaves,

invisibilidade, caleidoscópio, representatividade.

Quem são esses invisíveis na escola? São invisíveis nos territórios, invisíveis na sociedade, os desprovidos dos direitos, invisíveis no mundo do trabalho, as mulheres. Pautas para pensar, o contexto da escola, a própria questão gênero.

Outra pauta é ancestralidade, étnicos raciais que atravessam o espaço da escola e da vida, importante discutir e pensar no contexto escolar. Pensar nas múltiplas e possíveis identidades, homem e mulher, pensar também nesse campo sobre as pessoas com deficiência, sendo um grande aprendizado quando esses alunos chegam ao espaço escolar.

Outra questão de invisibilidade são os corpos, dos padrões, que atravessamos no dia a dia, que de alguma forma nos seduz a ver e ser vistos.

Como pensar então essa questão da invisibilidade, na perspectiva da inclusão?

Lembrando que a escola é um espaço sortido, trouxe o exemplo dos baleiros antigos, onde encontrava em Pedro Osório, com balas multicoloridas, sendo a escola esse espaço sortido.

Após explicou o que é um caleidoscópio (figura de linguagem), tendo novas imagens, existe muito esse movimento na escola, a escola é todo de movimento, a escola tem atravessamentos diários.

Quantos sujeitos têm na escola, com diversas realidades, são sujeitos que fazem a escola, é um todo, merendeiras/os, professoras/es, gestores, educandos/as, famílias, porteiros/as, são os entes que giram e fazem a história e a comunidade no entorno,

políticas públicas, todos esses elementos são as peças do caleidoscópio, esses são os elementos que vamos pensar sobre a inclusão.

Refletir sobre a inclusão é exercitar a cartografia dos sensíveis da escola, há muitos elementos e informações que devemos pensar na cartografia dos sensíveis, é uma espécie de observar para absorver, seria o visto, não visto sentido do ambiente, do espaço escolar.

Importante de pensar a representatividade que inspira pensar cada vez mais essas pautas de minoritários, escola como espaço para promover a voz do sujeito, com diversas imagens, deverá ter voz para que isso possa acontecer.

Precisasse promover então, promover o diálogo, como exercício da outridade, modo de ser, de ver e de existir, vendo semelhanças e diferenças com o outro.

Pensar em outridade é ser capaz de aprender e experienciar os outros com os outros, como o outro de nós mesmos, esse sentido tem essa perspectiva de saber que o outro é diferente, mas é importante para meu eu. Pensar em outridade é pensar em comunidade, cooperar, pensar em uma escola para todos, pensando assim, um Plano Nacional para educação.

Falando de inclusão, cada peça somos todos, nós devemos nos incluir e ser incluído no processo. Temos um cenário atual muito homogeneizante e excludente, pelas superfícies lisas.

Trouxe o exemplo de prótese, como o celular, onde tudo é lindo, tudo é perfeito, impõe padrões e formas, traz a ideia que precisamos

consumir mais, com a melhor performasse de ser sempre o melhor, para os outros nos verem.

A escola é um espaço de vida, onde muitas vidas podem habitar, um currículo sendo um espaço de vida, onde podemos dar a voz e a experiência aos sujeitos.

A professora Carla Ávila começou sua fala afirmando quando pensa-se em futuro, em presente da prática educativa, é importante perceber, vou falar em suleador, tendo uma perspectiva política, sul do mundo, países que foram colonizados, países subdesenvolvidos e não em desenvolvimento.

A professora leu um trecho da página 16 do documento da CONAE. Nessa lacuna ele rememorou nossa educação neste contexto mundial, trazendo a ideologia de mercado, chamado de neoliberalismo. Falou de reforma fiscal a taxa de iluminação, no sentido de diminuir os tributos para as grandes empresas, para que elas aumentem seu lucro e o grau de competitividade. Condenou as políticas de reduzir os gastos do Estado, através de corte de funcionários, diminuindo as leis trabalhistas, a fim de cortar gastos e garantir a arrecadação suficiente.

Trouxe um autor que fala sobre necro politica pensando os efeitos, no acordo do cotidiano escolar, política da inimizade, é um prenúncio do fim do humanismo.

É importante a gente ater-se nos movimentos que influenciam a nossa prática educativa.

O que faz o estudante não querer estar na escola? A escola deveria ser o espaço de vida, e às vezes passa a ser o espaço de

expulsão.

Até onde vai a nossa responsabilidade enquanto indivíduo?
Como espaço de vida?

Isso tudo faz parte da sociedade, nosso grande desafio, é como compreender as contradições e armadilhas do próprio neoliberalismo, numa perspectiva realista.

O conceito de necro poder, ações onde o Estado, instituição, escolhe pela morte, escolhendo pela economia ou saúde. São escolhas, que tem como consequência, piorando a vida dos sujeitos.

Poder necro político, opera por um gênero de reversão entre vida e morte, (...) abolir a distinção entre meio e fim, (...) a morte dos inimigos, não possui qualquer... .

Avanços da política neoliberal, transferência da responsabilidade para o indivíduo muitas vezes das suas mazelas. Exemplo, você não se esforçou, quantas vezes o sistema apagou as notas colocadas pelos professores no sistema do Estado. Questões para além da vontade.

Será que é isso que fala a LDB, Lei 10639, inclusão do ensino, da história do continente africano? Ainda hoje não há a efetivação dessa lei, a não seriedade.

É mais fácil dizer que todos somos iguais, todos somos humanos, qual o contexto do humanismo? Precisamos ir a fundo nessas questões!

Qual é a nossa responsabilidade, qual é a responsabilidade da gestão, qual é a responsabilidade do Estado?

Quantos diretores negros foram eleitos? Temos professores

com deficiências em nossas escolas? Como é essa cota, essa inclusão na estrutura de ensino?

Por que ainda temos que falar dessa inclusão, depois da LDB, depois da Constituição, depois das cotas, por que ainda existem fraudes nas cotas?

São questionamentos que nos levam a ter pequenas nuances que são práticas da inclusão.

Autora Bell Hooks, escrevia sobre feminismo negro e educação, fala também sobre sexualidade, questão do corpo.

A professora leu um trecho do livro “Movimento negro e educador”, da autora NILMA.

Incluir a presença de pessoas negras, de pessoas indígenas e deficiências na prática, no cotidiano escolar, na gestão escolar, (...) repensar toda a forma de construção do saber.

Incluir pessoas negras dentro do ensino superior, é incluir saberes identitários, saberes políticos, saberes estéticos corpóreos, para além de uma perspectiva eurocêntrica do ser. Questionando como Inclusão, Futuro, sem olhar as lacunas do presente?

Afirmou que analisando o período pandêmico, devemos pensar respostas.

O professor Daniel encerrou sua fala afirmando que: O quadro da resistência não pode ser confundido com resignação e passividade, ao contrário precisa ser elaborado com as pedagogias da indignação, compromisso, esperança e com a construção de sonhos possíveis, para utilizar concepções e categorias de Paulo Freire.

A professora Carla concluiu, conclamando todos a pensarem nas possíveis práticas para uma real inclusão.

Na palestra **“Direitos Humanos e Meio Ambiente na escola: rumo a uma consciência Planetária”** proferida pela professora doutora Úrsula Rosa da Silva, vice reitora da UFPEL.

PALESTRA:
Direitos humanos e meio ambiente na escola: rumo a uma consciência planetária
Prof.ª Drª Ursula Rosa da Silva

CONAE 2022
Conferência Nacional de Educação
ETAPA MUNICIPAL - PELOTAS/RS

Licenciada em Filosofia pela Universidade de Caxias do Sul, Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Doutora em Educação pela UFPel. É Professora Titular da Universidade Federal de Pelotas, atuando nesta universidade desde 1995. Vice-reitora da UFPel e professora do programa de Mestrado em Artes Visuais (UFPel), atuando na linha de Ensino da Arte e Educação Estética.

17/12
8h30min

Accesse pelo QR Code ou pelo link na descrição

A professora Úrsula deu início a sua fala esclarecendo de qual ponto de vista conceitual falaria sobre a temática, fazendo, portanto, o esclarecimento teórico a respeito dos conceitos consciência planetária; cidadania planetária; direitos humanos e educação ambiental. Na sequência,

apresentou a base legal que fundamenta a inclusão das temáticas direitos humanos e educação ambiental como obrigatórias em todos os sistemas de ensino e, por conseguinte, no trabalho pedagógico das escolas e demais instituições educacionais. Esclareceu aspectos históricos e contemporâneos que justificam o porquê e como essas duas temáticas devem ser trabalhadas cotidianamente nas escolas e demais instituições sociais, contribuindo também com a reflexão sobre quais caminhos podem ser trilhados para que a abordagem dos assuntos relacionados aos direitos humanos e à educação ambiental seja efetiva e comprometida com o contexto regional. Finalmente os comentários e questionamentos do chat

foram apreciados e a necessidade de inclusão, de forma mais direta, de temas relacionados aos direitos humanos e à educação ambiental nos documentos oficiais, como, por exemplo, no Plano Nacional de Educação. Foram então respondidas perguntas a respeito da temática explanada.

O professor especialista Marcos Ronei Peverada Fernandes proferiu a palestra **“A sistêmica Invisibilidade LGBT nos planos de Educação”**

O palestrante iniciou sua fala explicando a bandeira LGBT e se

PALESTRA:
**A sistêmica invisibilidade
LGBT nos planos de educação**
Prof. Esp. Marcos Ronei Peverada Fernandes

CONAE
2022
Conferência Nacional de Educação
ETAPA MUNICIPAL - PELOTAS/RS

Licenciado e pós graduado em Letras/UFPel
Professor de linguagens da rede pública
municipal e estadual Militante LGBT

17/12
8h30min

Acesse pelo
QR Code
ou pelo link
na descrição

apresentou falando do seu privilégio em participar da CONAE. Muitos não conseguem estar. Marcos colocou que é gay, homem branco e militante LGBT e por isso se encontra em situação privilegiada, mesmo que, ainda sofra preconceitos. Disse não representar ninguém neste momento, contudo, faz parte do

Grupo TAMBÉM aqui de Pelotas. Grupo este que apoia e contribui muito com a comunidade LGBTQIA+ na cidade de Pelotas.



Marcos seguiu sua fala introduzindo a questão que norteia esse momento, a invisibilidade LGBT no plano municipal de educação. Contou que é professor da rede pública de literatura, português e francês, leciona na

rede municipal e estadual aqui em Pelotas. Falou sobre a discussão que suas escolas fizeram sobre a CONAE e diz que se surpreendeu sobre o eixo dois falar em diversidade mas em momento algum mencionar as questões LGBT na escola que é de extrema relevância e importância aparecer.

Fez uma “volta no tempo” mencionando a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 que foi instituída com diversas violações de direitos devido as duas guerras mundiais. Diversas questões abrangeram essa declaração, inclusive as questões de sexualidade, que precisava constar nesta declaração. Marcos diz que a ONU foi criada e que tal declaração foi constituída, graças aos movimentos militantes.

A sexualidade ainda é um tabu em muitos países e no Brasil não é diferente, disse Marcos. As questões de sexualidade além de serem um assunto polêmico, precisam serem debatidas e conversadas. Contou que movimento LGBT começou em 1969, em Nova York, com uma revolta em um Bar que era frequentemente abordado por policiaes que incriminavam o público deste ambiente

por serem LGBTs. Certo dia, os donos do bar cansados de serem vistos como criminosos, organizaram, junto com o público frequentante do local, uma mobilização para que estas abordagens acabassem. Esse dia foi conhecido como o dia da resistência. Resultado deste fenômeno é as paradas do orgulho gay pelo mundo a fora e da diversidade, como acontece aqui em Pelotas. No Brasil os primeiros grupos e organizações LGBTs começaram no final dos anos 80, no Rio Grande do Sul em 92 e em Pelotas em 2002, o grupo TAMBÉM ao qual faz parte.

Existem muitos direitos que o público LGBT não possui em relação a comunidade heterossexual. Exemplo disto é o casamento, a adoção, a herança. Isso tudo é possível de conseguir, contudo, muito mais complicado para quem é homossexual. A importância dos movimentos LGBTs em relação a esses direitos é de suma relevância. O direito a diversidade, segundo Marcos, era pra ser o mais importante. Todos devem ter o direito de agir e ser como é, independentemente de sua sexualidade/orientação sexual. Se pararmos para pensar em toda a história, a sexualidade sempre foi complicada de ser falada em famílias, escola, grupo de amigos e sociedade em geral. A sexualidade, o racismo, a mulher loira e a xenofobia sempre foi tema de piada, e isso é muito sério. Deveríamos discutir sobre essas piadas para observarmos a LGBTQIA+fobia.

Os planos de educação sempre tiveram as questões de gênero e sexualidade em seu texto, contudo, aos poucos eram suprimidas na prática. Em 2015, devido a um grande movimento LGBT, na

Câmara de Vereadores, as questões LGBT foram incluídas novamente no plano municipal de educação.

Afirmou que as conferências Municipais e Estaduais LGBTs são menores, contudo, necessárias para a luta pelos direitos. Infelizmente as conferências LGBTs não possuem muito apoio do governo, todavia, os movimentos sociais lutam para as conferências acontecerem. Políticas públicas em relação a educação e saúde para o público de Travestis e Transsexuais foram criadas para abranger esse público, porém, com incansáveis discussões do movimento LGBT. No governo do Eduardo Leite, ex- prefeito de Pelotas, tivemos o ganho de conseguir colocar algumas questões LGBTs no plano Estadual de Educação com muita briga na câmara de vereadores, como já mencionado anteriormente.

Marcos mencionou que os PME tinham as expressões “Orientação Sexual”, “Desigualdade de Gênero”, “Sexualidade”, “Erradicação de todas as desigualdades”, “Diversidades em geral”, entre outros que foram suprimidos no atual PME. Que o atual momento é de extrema importância para que tais questões sejam discutidas e não sejam mais suprimidas nos PME. Marcos colocou que na CONAE 2022 no sub-eixo IV, onde se fala sobre diversidade, a supressão não ocorreu só com as questões LGBTs, e sim, com as questões de pessoas com deficiência, etnia, sexo, condição econômica, cultura e condições de aprendizagem. Ou seja, a diversidade abrange muitas questões que devem sim aparecer por escrito no PNE e jamais serem suprimidas. Segundo as metas, que são em torno de 20 metas, nenhuma faz menção em acesso e

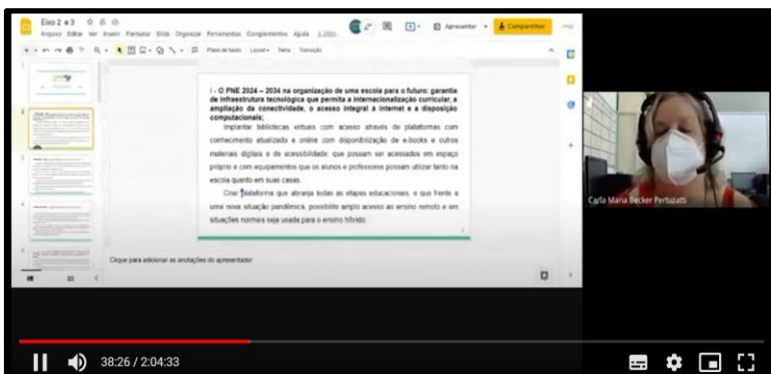
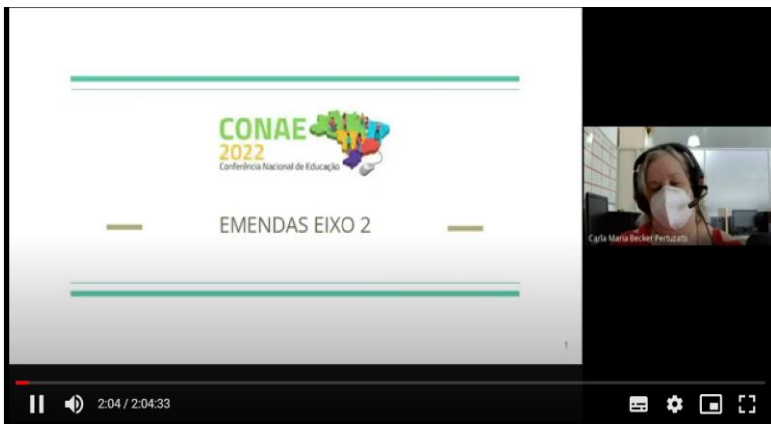
permanência e garantia dos LGBTs na escola.

Marcos concluiu sua fala dizendo que isso tudo, que apresentou, é de extrema importância para pensarmos, pois, o público LGBT necessita de apoio, respeito e respaldo através dos PME. Ele comenta sobre suas angústias e os preconceitos que sofreu enquanto criança na escola. Marcos ainda sugeriu aos professores ouvintes sobre o olhar atento que devemos ter ao bullying na escola, atento aquele aluno quieto e que muito não se entrosa com as outras crianças. Não que todo aluno quieto seja gay, jamais é isso, mas que possamos ter esse olhar a esse caminho de desigualdade. O aluno mostra em suas ações e em seu rendimento escolar se está bem ou não. A sexualidade é libertadora e precisa ser debatida na escola como algo natural. Marcos fala sobre o se assumir ser algo de necessidade, pois, muitos não se assumem e cometem erros irreparáveis em suas vidas, o momento de se assumir faz com que tal pessoa seja respeitada no lugar que for. A escola precisa respeitar as orientações sexuais e identidades de gênero, e isso, necessita estar nos nossos documentos, aparecendo por escrito em todos esses documentos.

Por fim, Marcos respondeu dois questionamentos do público, no chat, que indagavam sobre o pronome neutro: Todes e sobre estratégia democrática de uma gestão que deveria educar para a diversidade.

As quatro palestras juntas tiveram em torno de 1395 (mil trezentos e noventa e cinco) acessos e ao final das mesmas os delegados receberam o link para a Plenárias dos EIXOS 2 e 3. Esta

plenária durou duas horas e trinta minutos de debates e enquetes, após os quais os delegados votaram nas emendas, conforme gráficos abaixo:



A screenshot of a voting form. The header is yellow and contains the CONAE 2022 logo and the text 'Formulário de Votação 17/12 - Eixo 2 e 3'. Below the header, it says 'Seção 1 de 20'. The main title is 'Formulário de Votação CONAE - 2022 - Etapa Municipal'. Below the title, it says 'Data: 17/12/2021 - Eixo 2 e 3'. There is a field for 'E-mail*' with the label 'E-mail válido'. At the bottom, it says 'Este formulário está coletando e-mails. Alterar configurações'.



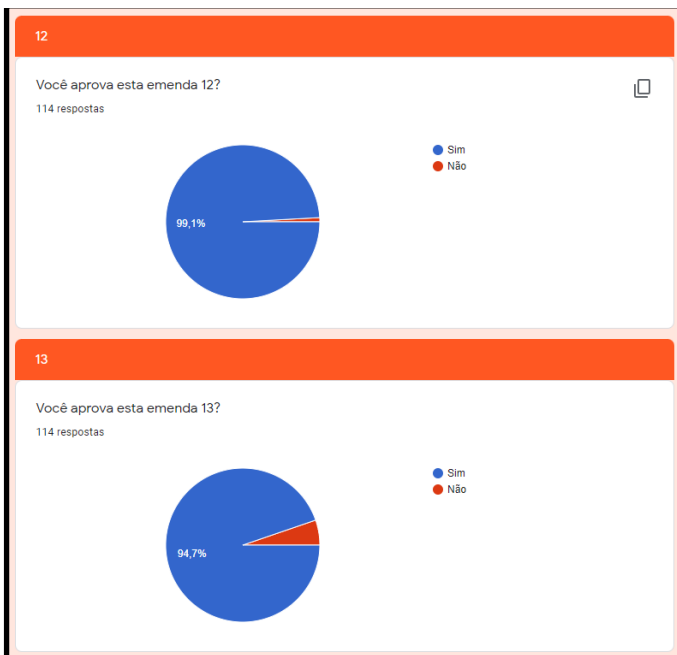
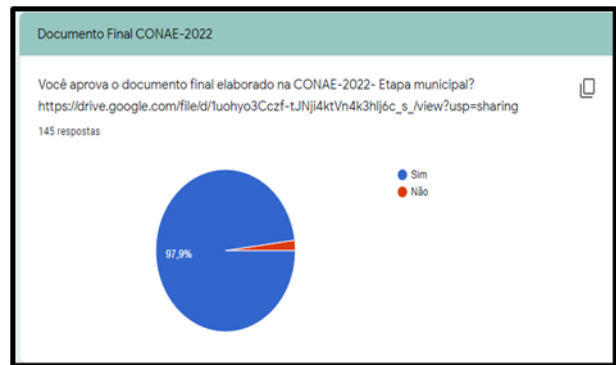
Perguntas Respostas 145 Configurações

Plenária Final - CONAE -2022
Etapa municipal

Seção 1 de 2

Plenária Final e Votação do documento da -
CONAE-2022 - Etapa Municipal

Descrição do formulário



No turno da tarde a professora especialista Carla Maria Becker Pertuzatti coordenadora da IV CONAE – Etapa Municipal de Pelotas, conduziu a plenária final onde foi aprovado o documento final, conforme gráfico abaixo:

As emendas aprovadas pela IV CONAE – Etapa Municipal de Pelotas, foram as seguintes:

EMENDAS

I – Evolução das Políticas Educacionais de 2018 a 2022

Adotar estratégias articuladas entre educação, saúde e assistência social, por meio do cruzamento de dados de forma promover visitas domiciliares em cada família em qual haja identificação de uma criança ou adolescente, em idade escolar obrigatória, fora da escola.

Fortalecer a articulação intersetorial (educação, saúde, assistência, entre outras) invertendo a lógica dos encaminhamentos para lógica da assistência compartilhada garantindo a integralidade das políticas públicas necessárias à comunidade escolar.

Criar uma comissão responsável, em parceria com universidades públicas do município, pelo estímulo à implementação e fortalecimento dos conselhos escolares.

Garantir espaço e horário dentro da escola para as reuniões do grêmio e associação de pais.

Aplicar verbas específicas na formação continuada dos profissionais da educação, na aquisição de recursos pedagógicos

acessíveis como materiais didáticos, equipamentos e rede tecnológica para os espaços educacionais e discentes que não tenham acesso.

Fortalecer e dinamizar rede apoio multidisciplinar nas áreas da educação, saúde e Assistência Social com o acesso do atendimento global do aluno.

Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas nos anos que antecedem a pré-escola, com qualificação e valorização dos (as) professores (as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;

II – O Plano Nacional de Educação 2014 – 2024 – Avaliação diagnóstica sobre as 10 Diretrizes e 20 metas estabelecidas, atualização sobre as atuais demandas;

Financiar a construção de novas escolas de educação infantil, para atendimento da faixa etária 0 a 3 anos, nos bairros de maior vulnerabilidade social.

Financiar a construção de novas escolas e ampliação de escolas já existentes para ampliar em 50% as escolas de tempo integral.

Instituir instrumentos de avaliação formativa e diagnóstica periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino e

as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas como reforço em turno inverso, ajuda de uma psicóloga, de uma fonoaudióloga, etc..., assim como uma investigação minuciosa das dificuldades dos alunos, identificando suas dificuldades e sanando-as, para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do ensino fundamental;

Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;

Formar, em nível de pós-graduação, 70% (setenta por cento) dos professores e auxiliares da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Estimular a criação e fomentar a manutenção e ampliação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos (as) professores da educação básica com os (as) alunos (as) com deficiência, transtorno do

espectro autista e altas habilidades ou superdotação.

Ampliar os programas de apoio e formação aos (às) conselheiros (as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos (às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções.

Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;

Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtorno do espectro do autista e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias intérpretes para surdocegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues.

Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 15% (quinze por cento) do Produto Interno Bruto – PIB do País no 3º(terceiro) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 20% (vinte por cento) do PIB

ao final do decênio.

Estabelecer número máximo de alunos por sala em cada etapa da educação básica.

Financiar ações de recuperação da aprendizagem, previstas em plano de ação que indique, os objetivos, as ações a serem desenvolvidas, o período de execução, a forma de verificação dos resultados e os responsáveis, para garantia do direito à educação, enquanto acesso, permanência e aprendizagem, com a efetiva recuperação das defasagens acumuladas durante o período pandêmico.

Criar um sistema de troca de experiências com um professor mais experiente orientando, auxiliando, qualificando e formando o professor no início da sua trajetória docente.

Ampliar as estruturas das escolas para inserção do EJA e promover campanhas sobre a importância da participação e o retorno para escola.

Realizar anualmente fóruns para discussão e replanejamento das metas que não foram alcançadas.

Construção de plano de carreira nacional e justo para todas as modalidades de ensino.

Apresentar com clareza e transparência a evolução da educação;

Estimular a permanência do estudante com ações que tenham resultados a curto prazo, incluindo a oferta de cursos profissionalizantes e projetos artísticos, culturais e esportivos envolvendo a comunidade.

Fomentar plano de formação continuada dos profissionais da educação, com grupos de estudo, orientações, cursos, capacitações e similares, além da disponibilização de material de consulta e acessibilidade, para o corpo docente das escolas públicas, com foco na recuperação da aprendizagem dos alunos.

III – O PNE 2024 – 2034 e a valorização dos profissionais da Educação:

Garantir formação continuada, plano de carreira de acordo com as necessidades e realidades elaboradas com a interação dos docentes, remuneração digna e condições de trabalho com disponibilidade de materiais e recursos pedagógicos adequados, e saúde física e mental com acompanhamento por profissionais específicos e gratuitos. Assim como os serviços essenciais como saúde e segurança, a educação para ser atendida como tal deveria ter uma maior estrutura e segurança para os funcionários e a comunidade.

Garantir o cumprimento do piso salarial, plano de carreira, acesso a cursos de formação, as novas tecnologias e programas de saúde adequados às necessidades profissionais (fonoaudiólogos, psicólogos, psiquiatras, etc) todos instituídos por meio de Políticas Públicas adequadas a valorização profissional.

Garantir formação com caráter científico em cursos de graduação, pós-graduação e afins, com fiscalização de competência e de qualidade, carreira, remuneração, condições de trabalho mínimas para a execução dos planejamentos com objetivos educacionais e

sociais satisfatórios.

Ofertar profissionais da área da saúde mental para projetos que promovam a saúde dos trabalhadores, para todos os profissionais em efetivo exercício.

Garantir a valorização dos profissionais com piso salarial determinado em lei, formação continuada ofertada de forma gratuita e dentro do horário de expediente de trabalho. Implementação de plano de carreira, condições de infraestrutura adequada nas escolas com espaço de convívio social e lazer, acesso à tecnologia para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade.

Garantir que os professores tenham sua carga horária numa mesma escola, para que possam dar conta de outras atividades além das de sala de aula, especialmente no que se refere ao contato com a comunidade.

Garantir a valorização do profissional da educação adequando carga horária compatível a atender a formação dos alunos adequando: (questão salarial carga horária em sala de aula + atendimento aos alunos com turmas reduzidas), para atender as demandas de capacitação e desenvolvimento das atividades escolares.

Garantir valorização, em relação a sua qualificação profissional, levando-se em consideração sua área de atuação, estruturando-se planos de incentivos, progressivamente, em percentual, proporcional a sua qualificação educacional (especialização, mestrado e Doutorado).Tendo em vista o considerável número de profissionais

da educação que encontram se com depressão, estresse e outras doenças emocionais: a organização/promoção de canais de atendimento, palestras, e grupos de acolhida e terapia voltados para os profissionais da educação (professores e auxiliares), visando a prevenção, informação e tratamento dos transtornos mencionados.

Garantir formação, carreira (implementação do plano de carreira e que o mesmo seja discutido de forma democrática com os servidores, municipais e fiscalização de um conselho para que seja cumprido) remuneração e condições de trabalho e saúde. Oportunizando disponibilidade de carga horária, dispositivos móveis e internet para propiciar qualidade de trabalho aos professores.

Regulamentar a implementação de plano de carreira do magistério, discutida e construída com a participação efetiva dos professores e de suas entidades legítimas de representação de classe.

IV – O PNE 2024 – 2034 e a Inclusão: acessibilidade, direitos humanos e ambientais, justiça social, políticas de cotas, educação especial e diversidade;

Promover a qualidade de ensino para alunos público-alvo da educação especial, (Lei 12.764 – Artigo 3º inciso IV Parágrafo único). Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado) garantindo a implantação de salas de recursos em instituições de todas as etapas da educação básica com atendimento educacional especializado desde a primeira infância em

todas as escolas públicas, além de centros especializados e equipados para atendimento das diferentes etapas. Provendo estas salas e centros de materiais específicos para atender as diferentes necessidades, bem como recursos para contratação de profissionais tais como (cuidadores, psicólogos, fonoaudiológicos, intérpretes de libras, oftalmologistas e médicos neurologistas) para viabilizar o diagnóstico precoce. Garantir Inclusão acessibilidade nos espaços escolares.

Contemplar a realidade da escola e sua funcionalidade nas políticas de inclusão, para que cada instituição trabalhe a inclusão de acordo com sua realidade de trabalho, recurso material e de pessoal oferecido pela mantenedora, seja ela, federal, estadual ou municipal. As questões inclusivas devem ser pensadas em todos os níveis da educação básica e superior.

Oportunizar avaliações adaptadas, aos alunos com deficiência, que fizerem o ENCCEJA e/ou ENEM, que abranjam suas habilidades e competências. Promover a Educação especial para além da complementação e suplementação do ensino como também a capacitação profissional do aluno. Investimento em recursos pedagógicos acessíveis, tecnologia e acesso integral a rede de internet de qualidade as escolas, instituições e alunos.

Implementar o DUA (Desenho Universal para Aprendizagem) como metodologia para todos.

Implantar e ampliar Centros de Atendimento com rede de apoio multidisciplinar e atendimento com psicólogos, assistente social, neurologista, educador físico, fonoaudiólogo, a partir da criação

destes cargos na Secretaria da Educação, ou parcerias tripartites formando uma rede de apoio para os alunos, famílias e profissionais que lidam com a inclusão.

Garantir e promover, no prazo de vigência deste PME, a oferta de educação bilíngue, em escolas bilíngues para surdos, na Rede Públicas de Ensino, sendo a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, aplicada como primeira língua e a modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos alunos surdos e com deficiência auditiva a partir de zero ano, incluindo a modalidade EJA, conforme a Lei 14.191, de 2021, que insere a Educação Bilíngue de Surdos na Lei Brasileira de Diretrizes e Bases da Educação como uma modalidade de ensino independente, bem como a adoção da leitura e escrita Braille para cegos e pessoas com surdocegueira.

Garantir formas de participação dos responsáveis pelos alunos, nas atividades propostas pela escola, através de ações ligadas aos programas de transferência de renda.

Proporcionar programas de enriquecimento curricular e ensino voltados para o contexto sociocultural (campo, grande centro, periferia, regiões Quilombolas, Indígenas etc...)

V – O PNE 2024 – 2034 e a equidade:

Disponibilizar professores auxiliares para atendimento especializado para um aprendizado equiparado a todos alunos, democratização do acesso, disponibilizando meios de transporte adequado para que o aluno possa frequentar assiduamente a escola garantindo a permanência aprendizagem e gestão do fluxo escolar.

Implementar um serviço de saúde voltado para as demandas da educação, regionalizado, por localidade, tornando mais eficiente o atendimento das crianças, adolescentes e jovens que necessitarem desse serviço.

Criar campanhas de qualidade para profissionais e todos os outros segmentos da comunidade escolar sobre os conceitos e como aplicá-los sobre igualdade, equidade, inclusão, direitos humanos, cotas, reparação histórica da cultura afro-indígena, sexualidade, igualdade de gênero, entre outros. Desmistificando certos preconceitos, proporcionando assim, momentos reflexivos, os quais têm por base a formação da humanidade;

Implementar projetos de busca ativa, bem como projetos de integração entre a escola e a família, além de atividades escolares em turno inverso.

Instituir parceria mais efetiva das Universidades com a escola, buscando qualificar o trabalho escolar, tanto na formação dos professores, como no processo de ensino aprendizagem dos educandos e no atendimento de outras esferas, que não sejam apenas educacionais, mas que implicam diretamente no desenvolvimento integral do aluno.

VI – O PNE 2024 – 2034 e a qualidade: avaliação e regulação das políticas educacionais, Base Nacional Curricular Comum – BNCC;

Reavaliar a BNCC no que concerne a retirada da disciplina de Língua Espanhola da grade de componentes curriculares

obrigatórios no Ensino Fundamental e Médio. A posição geográfica e as relações comerciais do Brasil e demais países “hispanohablantes” são motivos suficientes para demonstrar a importância do idioma na formação escolar. É necessário investimento em materiais didáticos, formação e carga horária para potencializar o conhecimento do idioma

VII – O PNE 2024 – 2034: a gestão democrática da escola pública: participação popular e controle social;

Assegurar local e horário na escola, dentro do horário de trabalho dos representantes do conselho, para realização das reuniões do conselho escolar, com frequência mensal.

Ofertar programa de formação de conselheiros para os representantes eleitos.

Estimular a participação e a consulta de servidores da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, através de instrumento democrático de avaliação dos indicadores de qualidade escolar (sugestão: Indicadores da Qualidade na Educação*), assegurando a participação dos pais.

Garantir escolha democrática da gestão e direção escolar, sendo etapa obrigatória para provimento de cargo uma prova nacional específica e formação básica da gestão escolar, bem como formação continuada obrigatória para os gestores escolares.

Implementar formas de participação dos pais e responsáveis na

escola seja em reuniões, entregas de resultados e palestras.

VIII – O PNE 2024 – 2034: os limites e necessidades impostas por crises que impactem a escola:

Implementar plano de ação das mantenedoras com suporte para os planos de ações escolares que contemplem o aprendizado do aluno, visando o emocional e o suporte tecnológico necessário.

Financiar um maior número de escolas de turno integral; turno inverso para estudos de recuperação no intuito de atenuar os efeitos da pandemia.

Criar uma verba complementar emergencial para ser utilizada em crises emergenciais;

X – O PNE 2024 – 2034:Recuperação da aprendizagem

Buscar mecanismos que possibilitem a revisão de habilidades não atingidas pelo aluno durante o ano letivo, avaliando o período de ciclo de alfabetização do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental com possibilidade de retenção ao final do 2º ano.

Garantir recursos para implementação de classes de apoio para trabalhar o continuum curricular em todos os componentes curriculares, não somente em português e matemática.

Implementar programas que coloquem auxiliar nas turmas de alfabetização ou currículo ou professores de apoio dentro da sala como medidas de superação dos problemas educacionais causados pela pandemia.

Efetivar e valorizar a educação de tempo integral dando sentido

e significado para todos os âmbitos como a comunidade escolar.

EMENDAS EIXO 2

I – O PNE 2024 – 2034 na organização de uma escola para o futuro: garantia de infraestrutura tecnológica que permita a internacionalização curricular, a ampliação da conectividade, o acesso integral à internet e a disposição computacionais;

Implantar bibliotecas virtuais com acesso através de plataformas com conhecimento atualizado e online com disponibilização de e-books e outros materiais digitais e de acessibilidade, que possam ser acessados em espaço próprio e com equipamentos que os alunos e professores possam utilizar tanto na escola quanto em suas casas.

Criar plataforma que abranja todas as etapas educacionais, e que frente a uma nova situação pandêmica, possibilite amplo acesso ao ensino remoto e em situações normais seja usada para o ensino híbrido.

Capacitar os profissionais da Educação, para utilização das novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) que serão utilizadas com os alunos, como mais uma ferramenta para auxiliar na educação do futuro.

Garantir que todas as salas de aula estejam equipadas com lousas digitais, projetores e afins para a aplicação de aulas dinâmicas, atrativas e que ofereçam um aprendizado integral aos

alunos.

Garantir internet que possa ser acessada em todas as dependências da escola, e com velocidade que possibilite o fácil acesso durante as atividades propostas.

Proporcionar programas de letramento digital para professores e alunos com cursos e formações contínuas e práticos.

Ofertar suporte técnico e tecnológico para implantação das novas TICs.

Manter a carga horária de acordo com a etapa do ensino presencial aliado às tecnologias digitais como um suporte na aprendizagem. Tendo em vista a importância da interação social e cognitiva, para o pleno e total desenvolvimento do aluno.

Fornecer conexão de qualidade para todos, incluindo as escolas do campo.

Fomentar a construção e/ou reforma dos laboratórios de informática em todas as escolas públicas que não atinjam um padrão mínimo de qualidade nos espaços e ou equipamentos disponibilizados;

Investir em segurança patrimonial nos ambientes escolares para evitar roubos e depredações a fim de proteger os equipamentos digitais.

II – O PNE 2024 – 2034 na definição de uma escola para o futuro: estabeleça prioridade aos alunos da educação básica no acesso a equipamentos de tecnologia, utilização de plataformas e aplicativos que potencializam o uso de internet.

Estabelecer prioridade aos alunos da educação básica no acesso a equipamentos de tecnologia, e que estes sejam fornecidos pelo Município, Estado ou União. Para todos professores e funcionários, docentes e discentes a utilização de plataformas e aplicativos que potencializam o uso de internet.

Instituir programas onde profissionais da educação tenham acesso a convênios para aquisição de equipamentos de multimídias pessoais.

Implementar políticas de fiscalização e acompanhamento dos planos de fornecimento de internet.

Prover suporte técnico e manutenção permanente dos laboratórios de informática das instituições públicas.

Ofertar cursos de inclusão digital para os estudantes do EJA e acesso à internet da escola. Na implementação da educação a distância no Ensino médio e no EJA, que tenha uma consulta popular prévia e investimento na formação dos profissionais e a garantia de acesso por todos alunos.

Construir políticas que visem implementar internet de alta velocidade nas escolas públicas nos níveis municipal, estadual e federal. Para uso de profissionais, estudantes e para a comunidade (quando estiverem participando de cursos ou projetos das escolas). E também computadores para uso da comunidade escolar. Esses equipamentos devem usar softwares livres devido a sua qualidade e para poderem ser moldados de acordo com a necessidade dos profissionais e estudantes.

Garantir e ampliar os espaços multifuncionais e interativos nas escolas, evitando que laboratórios de informática e bibliotecas sejam utilizados para outros fins.

Oportunizar acesso dos professores às tecnologias e internet, fornecendo recursos como subsídios, como por exemplo, contribuição por parte do governo através de uma bolsa de auxílio que facilitaria adquirir tais ferramentas de trabalho, em até três anos da data de aprovação do PNE;

Fornecer preparo adequado para o uso das tecnologias disponíveis na escola, como por exemplo o uso do celular. Desenvolvendo uma consciência tecnológica tanto para os alunos quanto professores.

Criar espaços de profissionalização voltado aos alunos com deficiência, por exemplo, para que a escola possa representar um meio de promoção profissional para esse aluno.

Criar aplicativos que contemplem as disciplinas educacionais de forma mais criativa, lúdica e interativa de modo a atrair a atenção do aluno;

Promover letramento digital dos estudantes da modalidade EJA com a finalidade de orientar sobre o uso das ferramentas e equipamentos digitais, criando espaços para ampliação do atendimento a esta modalidade, intensificar ações para permanência dos estudantes, ampliando com formações, que tenham ênfase em empreendimentos populares com estímulo a cooperação, solidariedade, autogestão, orientações dentro dos princípios da economia solidária e incubação de cooperativas e

outros empreendimentos solidários.

Ofertar equipamentos e acesso à internet para os alunos com a possibilidade de utilização em sala de aula.

Definir uma agenda nacional que desenvolva políticas públicas em prol da garantia da oferta de educação, articulada à tecnologia para todos os estudantes, frente a isto, adicionamos os seguintes aspectos: mais políticas públicas que possam fomentar a escolarização, como turno inverso, componentes interdisciplinares (música, dança, teatro, esportes diversificados) e que garantam não só o acesso, mas a permanência do estudante no espaço escolar.

Prover inclusão digital desde a educação infantil utilizando jogos pedagógicos e games. Implantar laboratórios de informática na educação infantil

Implementar novas tecnologias que abranjam também os setores administrativos das escolas públicas, para preenchimento de notas, pareceres e chamadas on line.

Garantir de formação dos agentes educacionais (professores, alunos, funcionários) para uso de tecnologias e plataformas que potencializam o uso da internet. Além da garantia de equipamentos para os mesmos.

Construir políticas que visem implementar internet de alta velocidade nas escolas públicas nos níveis municipal, estadual e federal. Para uso de profissionais, estudantes e para a comunidade (quando estiverem participando de cursos ou projetos das escolas).

E também computadores para uso da comunidade escolar. Esses equipamentos devem usar softwares livres devido a sua qualidade e para poderem ser moldados de acordo com a necessidade dos profissionais e estudantes.

Ampliar o currículo escolar visando uma proposta que priorize um Projeto sobre tecnologias voltadas para a educação dos discentes em todos os níveis de ensino.

EMENDAS - EIXO 3

I - O PNE 2024 – 2034 na articulação do Sistema Nacional de Educação:

Possibilitar que municípios limítrofes, possam partilhar espaços de aprendizagem e instituir transporte escolar integrado, provendo formas de custeio para tal.

Criar parcerias com organizações públicas que tenham tradição em estudo e pesquisa sobre educação, tais como: Universidades Federais, Institutos Federais, entre outros que prestem assistência à população local.

III– O PNE 2024 – 2034, políticas intersetoriais de desenvolvimento e Educação cultura, ciência, trabalho, meio ambiente, saúde, tecnologia e inovação;

Viabilizar convênios na área da saúde, que possibilitem o atendimento de alunos das instituições públicas, com prioridade ao

público alvo da educação especial, a saúde deve estar alinhada em parceria com a educação, através das UBS's com assistência de profissionais multidisciplinar da área na escola (psicólogos, fonoaudiólogo, assistente social).

Promover a interlocução do ensino público e privado nos níveis de educação básica e superior, através de fóruns e debates, frequentemente, sobre temáticas educacionais;

Criar e implementar políticas públicas, que garantam a presença de equipe multidisciplinar de saúde (médico, psicólogo, nutricionista, dentista, enfermeiro) dentro das instituições de educação;

Integrar o Serviço Social à escola;

Fortalecer iniciativas que desenvolvam os elementos de cultura humana (artes plásticas corporais, atividade física, agricultura de subsistência, ciência e tecnologia, espiritualidade e direitos humanos);

Fortalecer os mecanismos de controle social dos recursos da educação e ampliar criando novas formas de participação nas decisões sobre o uso dos recursos públicos.

Oportunizar formações continuadas específicas de acordo com cada realidade escolar em que o professor esteja inserido. Estas formações deverão levar em considerações as diferenças existentes em cada comunidade escolar, fomentando encontros de debates de práticas pedagógicas, deixando a critério do professor de cada área de ensino quais cursos complementam sua docência. As formações deverão estar previstas no calendário escolar sem que haja

acrécimo de horas e dias letivos para os docentes interessados em participar.

Adequar a distribuição dos valores das verbas de acordo com a localidade em que o aluno está inserido e de acordo com o número real de alunos de cada escola. Os valores destinados a escola devem suprir as necessidades reais da mesma, sem a burocracia de delimitar o uso dos mesmos. Faz-se necessária, a mobilização e o comprometimento de todos os gestores públicos e de movimentos sociais, com investimentos dignos de mudança e infraestrutura, em prol de um cenário onde todos os atores trabalhem na busca da evolução, de conhecimento para uma sociedade mais justa, onde a educação seja elevada a outro patamar.

Ampliar a participação da comunidade escolar no funcionamento da educação, além de maior liberdade de gestão de verbas pelas escolas, com prestação de contas periódicas garantindo transparência, sem intervenção de parceria privada.

Fortalecer a atuação dos Conselhos de Educação da recuperação dos prejuízos do período pandêmico; e para fiscalização da implementação das normas pedagógicas pelos sistemas de ensino e escolas, inclusive quanto à disponibilização de recursos humanos e materiais para sua efetivação, bem como da formação dos professores para atender essa demanda.

Disponibilizar carga horária para formação continuada dos profissionais da educação.

O PNE 2024 – 2034 e o financiamento da educação:

Implementar políticas públicas intersetoriais de assistência à saúde, educação e emprego para todas pessoas com deficiência ou transtorno do espectro autista (TEA), visando a retirada de barreiras que impeçam a participação plena desse grupo na sociedade e a garantir de seus direitos fundamentais como todo e qualquer cidadão. Fomentar a promoção da acessibilidade a todos.

Instituir verbas específicas para a educação infantil que possam ser administradas pelas unidades executoras das próprias escolas.

Garantir a valorização do professor, visto que esta é fundamental para o desenvolvimento efetivo da educação brasileira, colocando em prática a formação continuada oferecida pelas secretarias de educação, respeitando a autonomia do professor em sala de aula.

Garantir cumprimento da legislação que regulamenta aumento da contribuição da União na composição do FUNDEB, através das complementações denominadas: Valor Anual Final por Aluno (VAAF), Valor Anual Total por Aluno (VAAT) e Valor Anual por Aluno por Resultado (VAAR). O VAAR contempla as redes públicas que, cumpridas condicionalidades de melhoria de gestão, alcançarem evolução de indicadores a serem definidos, de atendimento e de melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades, nos termos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica.

Construir um modelo de gestão dos recursos financeiros educacionais, de forma a consagrar o direito à educação no Brasil.

Para isso, é necessário maior investimento por aluno do sistema público. Através de um maior repasse da União aos Estados e Municípios. Esse aumento se justifica a partir da taxaço de impostos sobre grandes fortunas (prevista na constituio de 1988), além disso maior transparência nos dados fornecidos pelo governo, pois a falta de transparência, impossibilita a fiscalizao da sociedade, e muitas vezes o financiamento da educao é repassado para outros setores. Que os estados e municpios valorizem mais o plano de carreira, no tirando direitos, valorizando os avanos e discutindo junto com o funcionalismo para sua reviso e atualizao de tempos em tempos. Que seja fiscalizado o efetivo pagamento do piso salarial, e que estados e municpios que no cumpram a lei recebam garantia de recursos para o cumprimento

Implementar valorizao dos professores incluindo valores de pagamentos estabelecidos em lei. Melhorias nas condies de trabalho, tais como: ambiente apropriado com materiais e mveis adequados e manuteno e /ou substituio de equipamentos. Formao efetivamente prtica para os educadores, sobre assuntos emergentes como tecnologia, atendimento especializado e alimentao.

Articular o rgo fiscalizador para que se cumpra efetivamente a Lei do Piso Nacional do magistrio da educao bsica. Bem como a implementao dos planos de carreira, elaborado com a participao de todos os funcionrios pblicos dos estados e Municpios, a fim de construir uma carreira atrativa para a categoria.

Conscientizar os estudantes de cada ano/sries para que

participem das avaliações do SAEB. Levar em conta as desigualdades educacionais sócio – econômicas e raciais medidas no SAEB, respeitando as especificidades das comunidades escolares indígenas e quilombolas.

Criar Piso Salarial Nacional para todos os profissionais da educação, como forma de termos uma efetiva valorização da educacional nacional, que é feita por todos os profissionais que nela atuam (serventes, merendeiras, monitores, motoristas, cuidadores etc...), pois todos são atores do processo ensino aprendizagem.

Após a plenária final os delegados reuniram-se para definir aqueles que participarão da etapa estadual em abril, abaixo relacionamos os delegados titulares e suplentes:

1 - Alexandre Del Grande – Representante dos Profissionais da Educação – fone (53) 981270732 – Suplente: Gisele Ramos Lima – fone (53) 984025320

2 - Carla Maria Becker Pertuzatti – Presidente do CME/Pel e Coordenadora da IV CONAE – Etapa municipal de Pelotas – fone (53) 991297496

3 - Claudete Milczarek – Representante dos Profissionais da Educação – fone (53) 981232839 – Suplente: - Priscila Borges – fone (53) 984230812

4 - Crislaine de Anunciação Roveda – Representante dos Profissionais da Educação – fone (53) 999272797 – Suplente: Cris Gimenes – fone (53) 991590992

5 - Cristiane Marryam de Mattos Quiumento – SMED – fone (53) 981250925 – Suplente: Angela Brum Soares – CAPTA

– fone (53) 984045800

6 - Daniel de Souza Lemos – Representante do CME/Pel – fone (53) 981255777 - – Suplente: Felipe Nogueira – CME – fone (53) 991723466

7 - Débora Sinoti – Representante dos Profissionais da Educação – fone (53) 991132385 – Suplente: Elisandra – fone (53) 981407903

8 - Dionata Oliveira Lopes – SECULT – fone (53) 984371795 – Suplente: Adriane Esperança – CETEP – fone (53) 997008235

9 - Jéssica Blank – Representante dos Estudantes – fone (53) 999628080

10 - Maicon Bravo – Representante dos Pais – fone (53) 981015710 - Suplente: Lays Drawanz – fone (53) 99926502

11 - Maria Alice de Freitas Sias – SMED – fone (53) 984051817

12 - Matilde Parodi Peduzzi – Representante do CME/Pel – fone (53)

13 - Ricardo Moreira – SIMP – Comissão de Mobilização e Divulgação – fone 981190283 – Suplente: Érica Insaurriaga Megiato – SMED - Comissão de Mobilização e Divulgação – fone (53) 991528723

